

✓

VI - Balanço

Relatório de Atividades e Contas / 2013

Ano 2014

Balanco

Balanco em 31 de Dezembro de 2013

UNIDADE MONETARIA

		DATAS		
		2013	2012	Variação
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos Fixos Tangíveis		5022350,14	5156756,1	-2,61%
Bens do património histórico e cultural		0	0	0,00%
Propriedades de investimento		68588,55	0	0,00%
Ativos intangíveis		0	0	0,00%
Investimentos financeiros		54,02	0	0,00%
Fundadores/Bem./Patroc./Doadores/Associados/Membros		0	0	0,00%
		5090992,71	5156756,1	-1,28%
Ativo corrente				
Inventários		21626,54	14326,04	50,96%
Clientes		122028,7	26378,42	362,61%
Adiantamentos a fornecedores		0	0	0,00%
Estado e outros entes públicos		9997,32	9997,32	0,00%
Fundadores/Bem./Patroc./Doadores/Associados/Membros		0	0	0,00%
Outras contas a receber		45600,05	24666,53	84,87%
Diferimentos		21136,51	36325,71	-41,81%
Outros ativos financeiros		43711,3	43183,1	1,22%
Caixa e depósitos bancários		77243,61	125307,46	-38,36%
		341344,03	280184,58	21,83%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos patrimoniais		459270,01	459270,01	0,00%
Excedentes técnicos		0	0	0,00%
Reservas		0	0	0,00%
Resultados transitados		885711,09	945213,41	-6,30%
Excedentes de revalorização		0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		1600735,39	1586631,92	0,89%
Resultado líquido do período		-152060,31	-59502,32	-155,55%
Total do fundo de capital		2793656,18	2931613,02	-4,71%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0	0	0,00%
Provisões específicas		0	0	0,00%
Financiamentos obtidos		1473073,18	1518639,13	-0,96%
		1473073,18	1518639,13	-0,96%

	DATAS			VARIACAO
	2013	2012	2011	
Passivo corrente				
Fornecedores	292613,31	122871,49	138,15%	
Adiantamentos de clientes	0	0	0,00%	
Estado e outros entes públicos	39313,55	31962,1	23,00%	
Fundadores/Bem./Patroc./Doadores/Associados/Membros	0	0	0,00%	
Financiamentos obtidos	183224,29	159219,03	-83,23%	
Diferimentos	25840,55	5247,27	392,46%	
Outras contas a pagar	624615,68	667388,64	-6,41%	
Outros passivos financeiros	0	0	0,00%	
	1165607,38	986688,53	17,90%	
Total do Passivo	2638680,56	2505327,66	5,32%	

(1) - Euro

TSR - Sistemas de Informação, Lda.

1/

sexta-feira, 4 de Abril de 2014

Licenciado a SANTA CASA DA MISERICORDIA DE
PAMPILHOSA DA SERRA

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2013	2012	
Vendas e serviços prestados		1381184,12	1306900,7	5,68%
Subsídios, doações e legados à exploração		1173502,13	982667,26	19,42%
Variação nos inventários da produção		0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0	0	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-412300,47	-277128,88	-48,78%
Fornecimentos e serviços externos		-571907,95	-500622,58	-14,24%
Gastos com o pessoal		-1757038,53	-1612829,4	-8,94%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0	0	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		528,2	-140,39	476,24%
Outros rendimentos e ganhos		250956,94	375784,71	-33,22%
Outros gastos e perdas		-3950,16	-115403,64	96,58%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		60974,28	159227,78	-61,71%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-151966,88	-151067,46	-0,60%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-90992,6	8160,32	-1215,06%
Juros e rendimentos similares obtidos		4872,79	1980,4	146,05%
Juros e gastos similares suportados		-65940,5	-69643,04	5,32%
Resultados antes de impostos		-152060,31	-59502,32	-155,55%
Imposto sobre o rendimento do período		0	0	0,00%

(1) - Euro

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

UNIDADE MONETÁRIA (1)

		DATAS		
RUBRICAS	NOTAS	2013	2012	Variação
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		1.583.782,03	1.644.655,66	-3,70%
Pagamentos de subsídios		16.855,81	960.133,83	-98,24%
Pagamentos de apoios		-609,87	20.122,56	-103,03%
Pagamentos de bolsas		-14.184,75	-17.844,91	20,51%
Pagamentos a fornecedores		-949.670,40	-1.114.377,70	14,78%
Pagamentos ao pessoal		-1.203.184,19	-1.185.083,90	-1,53%
Caixa gerada pelas operações		-567.011,37	307.605,54	-284,33%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-69.821,51	145.951,40	-147,84%
Outros recebimentos/pagamentos		987.803,45	-402.237,73	345,58%
Pagamento Contrib. Seg. Social		-351.072,73	-107.890,99	-225,40%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-102,16	56.571,78	99,82%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	-311.102,26	100,00%
Ativos intangíveis		0,00	-9.225,00	100,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	-399,75	100,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	1.067,60	-100,00%
Outros ativos		0,00	0,68	-100,00%
Subsídios ao investimento		6.499,48	838,44	675,19%
Juros e rendimentos similares		251,38	107,12	134,67%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		6.750,86	-318.713,17	102,12%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		49.702,82	275.209,26	-81,94%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-6.350,28	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		-90.941,00	-18.010,56	-404,93%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		-1.553,04	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-49.141,50	257.198,70	-119,11%

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

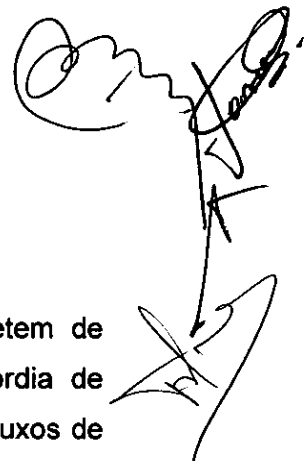
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2013	2012	Variação
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-42.492,80	-119.892,58	64,56%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		68.614,21	188.506,79	63,60%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		26.121,41	68.614,21	61,93%

(1) - Euro

VII – Anexos ao Balanço

Relatório de Atividades e Contas / 2013

Ano 2014

Anexo em 31 de Dezembro de 2013**NOTA INTRODUTÓRIA**

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Pampilhosa da Serra, foi fundada no ano de 1958, constituída na ordem jurídica canónica com o objetivo de, na prática da caridade, satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, informado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

O âmbito da atividade social da Instituição não se confina apenas ao apoio social, mas também abrange, outros meios de fazer bem, designadamente desenvolver atividades nos setores de saúde, cultura, recreio e da educação.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é

material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não são compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser aplicadas de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade, ou pelo Valor Patrimonial Tributário.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Rubricas	Anos
Edifícios e outras construções	6 a 100
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos e perdas*" ou "*Outros gastos e perdas*".

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios, outras construções, terrenos e recursos naturais detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu custo, deduzido do valor das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. As benfeitorias que permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. Estes são reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas em anos anteriores correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Rubricas	Anos
Outros ativos intangíveis	5

3.2.4. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas ou entidades associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de efetuar ajustamentos tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Estes ajustamentos são efetuados por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5. Inventários

Os "Inventários" que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados. Estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros são reconhecidas como rendimento quando ocorre o recebimento.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo de recursos.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*", atendendo ao princípio da especialização dos exercícios.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, prevalecendo a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações efetuado conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes destes contratos são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período, na rubrica de "*Fornecimentos e Serviços Externos*".

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das

circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.11. Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recorre a apoios financeiros concedidos por organismos estatais, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- (i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" em contrapartida da rubrica de "Outras contas a Receber", na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- (ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica "Outras contas a Receber" (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- (iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação.
- (iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de "Outras contas a Pagar".

3.2.12. Subsídios à exploração (P.O.P.H)

A entidade no âmbito da sua atividade recorre a apoios financeiros concedidos por organismos estatais, para a execução de projetos, nomeadamente de formação dos seus funcionários:

- (i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica "Subsídios à exploração" em contrapartida da rubrica de "Outras contas a Receber", na exata medida da comparticipação prevista em função das despesas executadas, corrigidos de eventuais despesas não elegíveis para comparticipação.
- (ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica "Outras contas a Receber" (a crédito) em contrapartida das rubricas de "Disponibilidades".

(iii) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a despesas executadas (adiantamentos), são apresentados na rubrica de "Outras contas a Pagar".

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Entidade procedeu à alteração das políticas contabilísticas seguintes:

(i) alteração no reconhecimento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), suportado na aquisição de Inventários e de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE). Em anos anteriores, o IVA suportado foi reconhecido na rubrica de Outros Gastos e Perdas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o IVA suportado foi reconhecido nas respetivas rubricas de Inventários (custo das vendas e dos consumos) e de FSE. Assim, a Entidade reclassificou para efeitos de comparativos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2013 o IVA suportado, nas seguintes quantias:

Descrição	Valor
IVA suportado - compra de Inventários	21.047,43
IVA suportado - compra de FSE	77.153,62
Total	98.201,05

(ii) A Entidade adquire fraldas e outros artigos relacionados para fornecimento aos seus utentes. Em anos anteriores os gastos com a aquisição de fraldas eram reconhecidos nos FSE's, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as aquisições destes Inventários foram reconhecidos em Compras e os respetivos consumos na rubrica de "Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas". Assim, a Entidade reclassificou para efeitos de comparativos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, os gastos com fraldas e outros artigos relacionados, no montante de 33.126,03 euros.

Pelo exposto nos pontos (i) e (ii) acima, as rubricas da Demonstração dos Resultados referidas, foram alteradas para efeitos de comparativos nos seguintes termos:

Descrição	DR 2012	Fraldas	IVA Suportado	Comparativos DR 2013
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	277.128,88	33.126,03	21.047,43	331.302,34
Fornecimentos e serviços externos	500.622,58	-33.126,03	77.153,62	544.650,17
Outros gastos e perdas	115.403,64		-98.201,05	17.202,59
Total	893.155,10	0,00	0,00	893.155,10

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2013, as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram as seguintes:

31 de Dezembro de 2013						
	Saldo em 01-Jan-2013	Aquisições / Dotações	Doações	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-2013
Custo						
Terrenos e recursos naturais	227.255,63	-	-	-	-	227.255,63
Edifícios e outras construções	5.475.869,73	-	-	-	-	5.475.869,73
Equipamento básico	730.432,96	7.961,27	-	-	-	738.394,23
Equipamento de transporte	317.282,08	-	-	-	-	317.282,08
Equipamento administrativo	269.177,77	8.468,71	-	-	-	277.646,48
Outros Ativos fixos tangíveis	76.913,64	88,34	-	-	-	77.001,98
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	7.096.931,81	16.518,32	-	-	-	7.113.450,13
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	197,43	-	-	-	-	197,43
Edifícios e outras construções	797.273,24	109.451,03	-	-	-	906.724,27
Equipamento básico	500.315,41	32.481,16	-	-	-	532.796,57
Equipamento de transporte	306.119,58	3.387,50	-	-	-	309.507,08
Equipamento administrativo	259.949,05	5.473,44	-	-	-	265.422,49
Outros Ativos fixos tangíveis	76.321,00	131,15	-	-	-	76.452,15
Total	1.940.175,71	150.924,28	-	-	-	2.091.099,99
Quantia Líquida	5.156.756,10	(134.405,96)	-	-	-	5.022.350,14

Em final de 2011/ início de 2012 foi concluída a construção na Unidade de Cuidados Continuados, situação que originou a transferência dos Ativos Fixos em Curso para a rubrica de Edifícios e Outras construções. Em 2012 foi iniciada a depreciação deste imóvel a uma taxa de 1%, a qual foi mantida no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2012, as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram as seguintes:

31 de Dezembro de 2012						
	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Doações	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-2012
Custo						
Terrenos e recursos naturais	226.692,19	-	563,44	-	-	227.255,63
Edifícios e outras construções	2.678.951,91	56.310,60	4.550,00	2.736.057,22	-	5.475.869,73
Equipamento básico	710.963,31	19.469,65	-	-	-	730.432,96
Equipamento de transporte	302.732,08	13.550,00	1.000,00	-	-	317.282,08
Equipamento administrativo	263.025,73	4.642,15	1.509,89	-	-	269.177,77
Outros Ativos fixos tangíveis	76.913,64	-	-	-	-	76.913,64
Activos fixos tangíveis em curso	2.736.057,22	-	-	(2.736.057,22)	-	-
Total	6.995.336,08	93.972,40	7.623,33	-	-	7.096.931,81
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	197,43	197,43
Edifícios e outras construções	669.769,94	109.747,69	-	-	17.755,61	797.273,24
Equipamento básico	451.149,11	31.780,59	-	-	17.385,71	500.315,41
Equipamento de transporte	302.732,08	3.387,50	-	-	-	306.119,58
Equipamento administrativo	257.188,30	6.033,15	-	-	(3.272,40)	259.949,05
Outros Ativos fixos tangíveis	76.202,47	118,53	-	-	-	76.321,00
Total	1.757.041,90	151.067,46	-	-	32.066,35	1.940.175,71
Quantia Líquida	5.238.294,18	(57.095,06)	7.623,33	-	(32.066,35)	5.156.756,10

6. Propriedades de Investimento

Os movimentos ocorridos na rubrica de "Propriedades de Investimento", no período findo em 31 de dezembro de 2013, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2013					
	Saldo em 01-Jan-2013	Aumentos	Alienações	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2013
Terrenos	-	17.501,47	-	-	17.501,47
Edifícios e Outras Construções	1.451,04	52.129,68	-	-	53.580,72
Depreciações	(1.451,04)	(1.042,60)	-	-	(2.493,64)
Total	-	68.588,55	-	-	68.588,55

As Propriedades de Investimento reconhecidas em 2013, são referentes a doações de imóveis, sendo de referir que a parte reconhecida na rubrica "Terrenos", corresponde a 25% do valor patrimonial tributário que serviu de base ao reconhecimento inicial.

Os movimentos ocorridos na rubrica de "Propriedades de Investimento", no período de 2012, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2012					
	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições	Alienações	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2012
Edifícios e Outras Construções	1.451,04	-	-	-	1.451,04
Depreciações Acumuladas	(1.451,04)	-	-	-	(1.451,04)
Total	-	-	-	-	-

A Mesa Administrativa entende que em 31 de dezembro de 2013, o justo valor dos imóveis reconhecidos em Propriedades de Investimento, é semelhante ao seu valor patrimonial tributário, que ascende a cerca 461 mil euros.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Inventários" era referente a Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo (Géneros Alimentares, Material Clínico e outros produtos doados para consumo).

Descrição	Géneros Alimentares	Material Clínico	Fraldas	Outros	Total
Inventários Iniciais	5.859,03	7.248,16	0,00	1.218,85	14.326,04
Compras	314.041,71	47.868,30	44.908,11	12.782,85	419.600,97
Regularizações de Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários Finais	-4.579,60	-8.965,00	-2.748,89	-5.333,05	-21.626,54
CMVMC	315.321,14	46.151,46	42.159,22	8.668,65	412.300,47

Em 2012, os inventários iniciais, os inventários finais, o custo dos consumos e as compras foram os seguintes:

Descrição	Géneros Alimentares	Material Clínico	Fraldas	IVA	Outros	Total
Inventários Iniciais	10.288,57	10.008,00	0,00	0,00	0,00	20.296,57
Compras	252.447,33	17.704,60	0,00	0,00	0,00	270.151,93
Regularizações de Inventários	-212,43	0,00	0,00	0,00	1.218,85	1.006,42
Reclassificações Nota 4	0,00	0,00	33.126,03	21.047,43	0,00	54.173,46
Inventários Finais	-5.859,03	-7.248,16	0,00	0,00	-1.218,85	-14.326,04
CMVMC	256.664,44	20.464,44	33.126,03	21.047,43	0,00	331.302,34

8. Clientes/ Utentes

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 as dívidas em Clientes/ Utentes, eram as seguintes:

Descrição	2013	2012
Clientes e Utentes c/c	143.078,47	47.428,19
Clientes	92.986,16	6.136,82
Utentes	50.092,31	41.291,37

Perdas por imparidade acumuladas	21.049,77	21.049,77
Utentes	21.049,77	21.049,77
Total Líquido	122.028,70	26.378,42

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2013	2012
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

O acréscimo dos saldos de clientes, resulta do início em setembro de 2013 do funcionamento da atividade da Unidade de Cuidados Continuados. Nos saldos de clientes, 78,7 mil euros são devidos por entidades públicas (ARS Centro, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco e Segurança Social).

9. Estado e Outros Entes Públicos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Ativo		
IVA - Restituições a Pedir	9.997,32	9.997,32
Total	9.997,32	9.997,32

O IVA indicado é objeto de restituição ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro.

O montante apresentado é referente ao IVA de parte dos dispêndios suportados com a construção da UCCI, cujo pedido de restituição a apresentar está dependente da liquidação ao fornecedor dos respetivos dispêndios.

Notar que em termos de Fluxos de Caixa, estes reembolsos concedidos pelo Estado, são incluídos na rubrica "Outros Recebimentos/ Pagamentos". Dado ter sido concluído a construção do UCCI em início de 2012, e os reembolsos de IVA terem sido diferidos

ainda em 2012, os recebimentos em 2013 são nulos, situação que justifica a redução da rubrica dos Fluxos de caixa "Outros Recebimentos/ Pagamentos"

10. Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Fornecedores gerais	645,57	200,16
Subsidios a Receber - POPH	14.814,39	4.039,36
Vagas Cativas - Segurança Social	22.129,16	6.452,07
Outros Devedores	8.010,93	13.974,94
Perdas por Imparidade	-	-
Total	45.600,05	24.666,53

11. Diferimentos (Ativos)

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Gastos a reconhecer		
Alugueres	-	2.524,41
Seguros	7.582,56	12.514,33
Limpeza, Higiene e Conforto	13.553,95	16.918,04
Fraldas	-	4.368,93
Total	21.136,51	36.325,71

12. Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os saldos da rubrica de "Ativos Financeiros Detidos para Negociação" eram os seguintes:

Descrição	2013	2012
Acções EDP	3.711,30	3.183,10
Obrigações CGD	40.000,00	40.000,00
FCT-Fundo de Compensação do Trabalho	54,02	-
Total	43.765,32	43.183,10

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a variação do justo valor das ações da EDP, originou o reconhecimento das seguintes perdas/ ganhos:

Descrição	2013	2012
Ações EDP	528,20	-140,39

13. Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os saldos da rubrica de "Caixa e depósitos bancários" eram os seguintes:

Descrição	2013	2012
Caixa	1.163,85	2.002,45
Depósitos à ordem	26.079,76	73.305,01
Depósitos a prazo	50.000,00	50.000,00
Total	77.243,61	125.307,46

Caixa e seus equivalentes Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012

Descrição	2013	2012
Descobertos Bancários	(1.122,20)	(6.693,25)
Total Caixa e Depósitos Bancários	77.243,61	125.307,46
Saldo Fluxos de Caixa	76.121,41	118.614,21

14. Fundos Patrimoniais

Os saldos dos "Fundos Patrimoniais" em 31 de dezembro de 2013 e em de dezembro de 2012 eram os seguintes:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Fundos	459.270,01	459.270,01
Resultados transitados	885.711,09	945.213,41
Subsídios ao Investimento	1.494.203,01	1.548.688,09
Doações	106.532,38	37.943,83
Resultado Líquido	-152.060,31	-59.502,32
Total	2.793.656,18	2.931.613,02

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em de dezembro de 2012, os movimentos nos resultados transitados tiveram origem nos seguintes registos:

	<u>Valor</u>
Saldo em 31/12/2011	<u>1.499.149,23</u>
Desreconhecimento dos Ativos Fixos Intangíveis	-19.837,00
Desreconhecimento de Ativos Fixos Tangíveis	-32.066,35
Desreconhecimento de Outras Dívidas a Receber	-7.285,14
Imparidade para dívidas de Utentes	-21.049,77
Ajustamento aos Subsídios ao Investimento	-90.136,21
Desreconhecimento da Participação Financeira	-3.965,00
Estimativa para férias e subsídio de férias imputável a exercícios anteriores	-210.568,87
Desreconhecimento de Outros Ativos - Não Correntes (Entidade Participada)	-109.225,03
Desreconhecimento de Dívida a receber (Entidade Participada)	-22.487,68
Total Ajustamentos negativos	<u>-516.621,05</u>
 Aplicação R. Líquido 2011	 -37.314,77
 Saldo em 31/12/2012	 <u>945.213,41</u>
 Aplicação R. Líquido 2012	 -59.502,32
 Saldo em 31/12/2013	 <u>885.711,09</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em de dezembro de 2012, as variações nos subsídios ao investimento resultaram dos seguintes movimentos:

Saldo em 31/12/2011	1.438.217,89
Regularização - subsídios com saldos devedores de anos anteriores	40.960,24
Regularização - subsídios com diferenças face às depreciações praticadas	49.175,97
Subtotal - regularizações	90.136,21
Reconhecimento dos subsídios em função dos investimentos executados – Unidade de Cuidados Continuados	76.858,98
Imputação aos resultados (Outros rendimentos)	-56.524,99
Saldo em 31/12/2012	1.548.688,09
Imputação aos resultados (Outros rendimentos)	-54.485,08
Saldo em 31/12/2013	1.494.203,01

(i) O aumento reconhecido em 2012, é referente ao incentivo remanescente da UCCI, pago pela ARS Centro em 2012, no valor de 76.858,98 euros.

Em 31 de dezembro de 2013, os movimentos na rubrica de “Doações” tiveram origem no reconhecimento de bens doados (imóveis), e a diminuição corresponde à imputação aos Outros Rendimentos da parte depreciada no exercício. Em 31 de dezembro de 2012, os movimentos na rubrica de “Doações” tiveram origem no reconhecimento de bens doados (imóveis e viatura). Em resumo as variações foram as seguintes:

Descrição	31-12-2011	Aumentos	31-12-2012	Aumentos	Diminuições	31-12-2013
Doações	30.320,50	7.623,33	37.943,83	69.631,15	-1.042,60	106.532,38

Os imóveis foram reconhecidos pelo Valor Patrimonial Tributário, em contrapartida da rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” e de “Propriedades de Investimento”.

As diminuições dizem respeito à imputação aos resultados (Outros Rendimentos Ganhos) do valor correspondente à depreciação do exercício dos bens doados a Entidade.

15. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2013			2012		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	182.102,09	1.473.073,18	1.655.175,27	152.525,78	1.518.639,13	1.671.164,91
Descobertos Bancários	1.122,20	-	1.122,20	6.693,25	-	6.693,25
Total	183.224,29	1.473.073,18	1.656.297,47	159.219,03	1.518.639,13	1.677.858,16

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o capital e juros a vincendos eram os seguintes:

Descrição	2013			2012		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	183.224,29	55.059,46	238.283,75	159.219,03	49.174,42	208.393,45
De um a cinco anos	721.845,78	147.077,00	868.922,78	710.946,73	142.316,08	853.262,81
Mais de cinco anos	751.227,40	74.131,00	825.358,40	807.692,40	103.867,77	911.560,17
Total	1.656.297,47	276.267,46	1.932.564,93	1.677.858,16	295.358,27	1.973.216,43

A totalidade da dívida relativa aos financiamentos e outros encargos emergentes destes financiamentos, está garantida com hipotecas sobre diversos imóveis cuja propriedade pertence à Entidade.

Em 2013 foi renegociado o prazo de reembolso do principal financiamento, cujo valor inicial contratado foi de 1,5 milhões de euros. Em 2013 apenas foi paga a primeira prestação no valor de 28.846,15 euros, pelo que em 31 de dezembro de 2013, o capital em dívida é de 1.471.153,85 euros. Com a renegociação, foi contratado um período de carência adicional de 12 meses.

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os saldos da rubrica de "Fornecedores" eram os seguintes:

Descrição	2013	2012
Fornecedores c/c	292.613,31	122.871,49
Total	292.613,31	122.871,49

17. Estado e Outros Entes Públicos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8.307,60	4.685,87
Segurança Social	30.947,58	27.276,23
Outros Impostos e Taxas	58,37	-
Total	39.313,55	31.962,10

18. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Pessoal	113,17	317,08
Remunerações a pagar	-	211,06
Outras operações	113,17	106,02
Fornecedores de Investimentos	139.266,25	188.779,92
Credores por acréscimos de gastos	244.630,00	225.049,57
Outros credores	240.606,26	253.242,07
Total	624.615,68	667.388,64

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de "Outros credores" apresentava a seguinte composição:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Retenção para Garantia - Fornecedor de Investimentos	55.945,62	55.945,62
Outras contas	16.637,78	11.667,77
Utentes	168.022,86	185.628,68
Total	240.606,26	253.242,07

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Credores por acréscimos de gastos", corresponde aos seguintes acréscimos:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Estimativa de encargos c/ férias e subsídio de férias	231.836,21	210.820,70
Juros a Liquidar	7.742,83	5.742,50
Honorários	-	4.000,00
Eletricidade/ comunicação/ Outros	5.050,96	4.486,37
Total	244.630,00	225.049,57

19. Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Diferimentos", corresponde aos seguintes acréscimos:

Descrição	2013	2012
Rendimentos a reconhecer		
Receitas de Acordos de Cooperação	4.091,06	5.247,27
IEFP - Pagamentos adiantados - Estágios	21.749,49	-
Total	25.840,55	5.247,27

20. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Passivos contingentes

A entidade contratou com uma entidade externa a construção da UCCI. O fornecedor reclama o pagamento no valor de 70.737 euros, relativo a juros de mora, que a Santa Casa entende não ser devido, por incumprimentos imputáveis ao fornecedor.

21. Vendas e Serviços Prestados

A Entidade reconheceu, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as seguintes vendas e prestações de serviços:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Utentes (Lar, Centro de Dia, Apoio Dom., Infância)	1.286.421,80	1.238.888,31
Utentes (Unidade de Fisioterapia)	45.955,48	47.612,23
UCCI	30.903,90	0,00
Quotizações	7.803,50	11.748,00
Outros (Refeições)	10.099,44	8.652,16
Total P. Serviços	1.381.184,12	1.306.900,70

22. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Acordo Cooperação	981.935,79	953.939,09
P. O. P. H	24.906,22	7.422,01
IEFP - Empresa de Inserção	16.940,33	6.799,62
IEFP - Estágios	25.399,25	14.001,54
UCCI	110.712,32	0,00
Outros	13.608,22	505,00
Total Subsídios	1.173.502,13	982.667,26

23. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, foi a seguinte:

Descrição	2013	2012
Outros Flúidos - Gás	94.168,61	73.565,54
Limpeza, higiene e conforto	73.255,41	60.555,77
Serviços Médicos	71.843,98	42.261,58
Trabalhos especializados	57.164,89	33.087,83
Conservação e reparação	41.302,94	45.996,69
Comunicação	23.326,29	18.627,66
Rendas e alugueres	21.728,69	10.319,95
Combustíveis	20.579,72	23.662,63
Seguros	15.565,49	16.494,81
Honorários	14.746,17	9.630,44
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8.382,09	11.429,34
Água	5.392,12	2.912,94
Material de escritório	4.522,16	3.262,65
Electricidade	78.626,12	63.979,75
Publicidade e propaganda	1.697,40	1.519,76
Artigos para oferta	1.214,79	4.612,31
Contencioso e notariado	1.169,22	1.824,61
IVA - Nota 4	-	77.153,62
Outros serviços	37.221,86	43.752,29
Total	571.907,95	544.650,17

Em 2013 e 2012 os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 5.904 euros e 3.936 euros (com IVA incluído), respetivamente.

Em termos de comparativos na Demonstração dos Resultados de 2013, deve ter-se em conta o descrito na Nota 4 do Anexo.

24. Gastos com o Pessoal

A repartição dos "Gastos com o Pessoal" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, foi a seguinte:

Descrição	2013	2012
Remunerações ao Pessoal	1.249.798,59	1.161.752,85
Encargos sobre as Remunerações	272.103,95	238.191,80
Seguros de Acidentes no Trabalho	22.617,63	22.178,81
Outros Gastos com o Pessoal	212.518,36	190.705,94
Total	1.757.038,53	1.612.829,40

O número de trabalhadores em 31 de dezembro 2013 era de 161 e em 31 de dezembro 2012 era de 143 pessoas.

25. Outros rendimentos e ganhos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a entidade reconheceu na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" os seguintes rendimentos:

Descrição	2013	2012
Fraldas – débito a utentes	48.268,42	50.345,70
Material de Enfermagem – débito a utentes	10.182,50	14.889,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	661,65	11.066,88
Rendas de imóveis	61.856,90	60.000,00
Imputação de subsídios para investimentos	54.485,08	56.524,99
Imputação - Realização das doações	1.042,60	-
Donativos	35.174,49	112.540,81
Apoio Petrogal	10.000,00	10.000,00
Outros Apoios IEFP	2.579,22	21.380,22
Outros ganhos	30.417,17	39.036,61
Total	254.668,03	375.784,71

26. Outros gastos e perdas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a entidade reconheceu na rubrica "Outros gastos e perdas" os seguintes gastos:

Descrição	2013	2012
Impostos (IVA Suportado - Ativos Fixos tangíveis)	-	7.774,66
Serviços Bancários	8.098,99	5.746,49
Outros Gastos e Perdas	3.837,66	3.681,44
Total	11.936,65	17.202,59

Em termos de comparativos na Demonstração dos Resultados de 2013, deve ter-se em conta o descrito na Nota 4 do Anexo.

27. Gastos (reversões) Depreciações

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a entidade reconheceu os seguintes gastos com depreciações:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Propriedades de investimento - Nota 6	1.042,60	-
Ativos fixos tangíveis - Nota 5	150.924,28	151.067,46
Total	151.966,88	151.067,46

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 não ocorreram reversões de depreciações.

28. Juros e rendimentos similares obtidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidos os seguintes Juros e rendimentos similares obtidos:

Descrição	2013	2012
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.161,70	1.980,40
Total	1.161,70	1.980,40

29. Juros e gastos similares suportados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidos os seguintes "Juros e gastos similares suportados":

Descrição	2013	2012
Juros suportados	57.954,01	67.984,87
Outros gastos e perdas de financiamento	-	1.658,17
Total	57.954,01	69.643,04

30. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

31. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Pampilhosa, 31 de Março de 2014

O Técnico Oficial de Contas

196056608
30695

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]